

**CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS - CTIL  
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH  
ATA DA 101ª REUNIÃO**

**Data:** 19 e 20 de maio de 2008, das 14h30 (do dia 19) às 17h15 (do dia 20).

**Local:** Sala “Câmara Técnica”, localizada no subsolo do Edifício Marie Prendi Cruz - SEP/ 505 (W3-Norte), Lote 2, em Brasília-DF.

**REPRESENTANTES:**

1. Ministério da Justiça: Byron Prestes Costa - Conselheiro (byron.costa@mj.gov.br);
2. Ministério das Cidades: Rodrigo Fraga Massad (rodrigo.massad@cidadaes.gov.br);
3. Ministério da Integração Nacional: José Luiz Ribeiro Reis (jose.reis@integracao.gov.br);
4. Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Márley Caetano de Mendonça - Conselheiro (marley.mendonca@mma.gov.br);
5. Ministério do Meio Ambiente - ANA: Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos (mauricio.lopes@ana.gov.br);
6. Ministério de Minas e Energia: Marina Scalon - Conselheira (marina.scalon@mme.gov.br);
7. Ministério dos Transportes: Fred Crawford Prado (fred.crawford@transportes.gov.br);
8. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Rio de Janeiro e São Paulo: Neusa Maria Marcondes Viana de Assis (sma.neusaa@cetesbnet.sp.gov.br);
9. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Bahia e Ceará: Luis Vinícius de Aragão Costa (luis.aragao@srh.ba.gov.br);
10. Irrigantes: Wilson Agostinho Bonança (wbonanca@srjundiai.com.br);
11. Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Martha Regina von Borstel Sugai (martha.sugai@copel.com);
12. Indústrias: Elisa Romano (edezolt@cni.org.br);
13. Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com);
14. Comitês: ausência;
15. Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Donizete Tokarski (donizete@ecodata.org.br);
16. Organizações Não Governamentais: Ninon Machado de Faria Leme Franco - Conselheira (ninon@institutoipanema.net);
17. Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: Luiz Fernando Cybis - Conselheiro (lfcybis@uol.com.br);

**DEMAIS PRESENTES:**

- Marcos Antônio P. de O. Silva - MPOG (marcos.silva@planejamento.gov.br);
- Patrice Juliana Barzan - DRHI/SDS-SC (patrice@sds.sc.gov.br);
- Luísa Ramos Caetano - Elabore Consultoria (luisa.caetano@elabore.com.br);
- Patrícia Boson (Conselheira) - IBRAM (tita@uaigiga.com.br);
- Carlos Hugo Suarez Sampaio (Conselheiro) - MJustiça (hugo.suarez@mj.gov.br);
- João Clímaco (Conselheiro) - Copodhemfe (climaco@uai.com.br);
- Roberto Alves Monteiro - SRHU/MMA (roberto.monteiro@mma.gov.br);
- Everton Luiz da Costa Souza - ABAS - CTAS/CNRH (veto@suderhsa.pr.gov.br);
- Raimundo Bento Vieira Filho - MTransportes (raimundo.filho@transportes.gov.br);
- Cilene de Freitas - Elabore Consultoria (cilene.freitas@elabore.com.br);
- Maria Margaret Lopes (Conselheira) - SPM/PR (margaret.lopes@spmMulheres.gov.br);

**RELATORIA:**

- Marco Antônio Amorim - SRHU/MMA (marco.amorim@mma.gov.br);

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezoito de maio de 2008 iniciou-se a 101ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, para tratar da pauta conforme **Anexo I. O Sr. Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA), Presidente da CTIL, saudou os presentes,

55 solicitou que os mesmos se apresentassem e declarou abertos os trabalhos. Item 1 -  
56 Informes: o Ministério dos Transportes passou a integrar a CTIL em substituição ao CERH-  
57 SE/PI, que teve sua participação encerrada em cumprimento ao disposto no art. 31 do  
58 Regimento Interno do CNRH. Item 2 - Aprovação da ata da 100ª reunião da CTIL: a  
59 minuta da ata da 100ª reunião não foi elaborada e deverá ser apresentada na próxima reunião.  
60 Item 3 - Análise da proposta de resolução que “Estabelece nova composição e define  
61 suplências para a Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos, para a  
62 Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais, para a Câmara Técnica de  
63 Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos, e para  
64 a Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, do Conselho Nacional de  
65 Recursos Hídricos”, encaminhada pela Secretaria Executiva do CNRH : o Sr. Márley  
66 Caetano de Mendonça (SRHU/MMA) primeiramente mencionou os arts. 22 a 25 do  
67 Regimento Interno do CNRH e, em seguida, abriu a discussão dos pleitos de participação em  
68 Câmaras Técnicas, manifestados em resposta ao Ofício Circular nº 026/2008/CNRH/MMA  
69 (Anexo II). Embora não estivesse na relação de pleitos recebidos para a CTIL, a Sra.  
70 Patrícia Boson (Indústria) apresentou pleito das Indústrias para participação nesta Câmara, o  
71 que por unanimidade dos presentes, foi acatado. Após amplo debate, inclusive com intervalo  
72 para articulação entre os segmentos, por consenso, a CTIL emitiu parecer favorável ao  
73 encaminhamento, para deliberação do Plenário do CNRH, da proposta de resolução que  
74 estabelece composição e define suplências para a CTPNRH, CTIL, CTEM e CTCOB, na  
75 forma do Anexo III. Registra-se: i) que o Governo Federal abriu mão de seu entendimento de  
76 que teria direito a nove vagas em cada Câmara Técnica, refletindo assim a proporção deste  
77 segmento no Plenário do CNRH conforme preconizado no art. 25 do Regimento Interno do  
78 CNRH; ii) que o Sr. Donizete Tokarski (Consórcios), a Sra. Ninon Machado (ONGs), a  
79 Sra. Patrícia Boson (Indústrias), o Sr. Luiz Fernando Cybis (OTEP), o Sr. Wilson de  
80 Azevedo Filho (Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo) e o Sr. João Clímaco  
81 (ONGs) apontaram que o Plenário do CNRH já encaminhou à Presidência da República a  
82 Moção CNRH nº 36/2006 que reduz a participação do Governo Federal no CNRH e, desta  
83 forma, não compartilharam o entendimento de que o Governo Federal deveria ter nove vagas  
84 em cada Câmara Técnica; ii) que a CTIL optou em considerar os pleitos dos atuais membros  
85 das Câmaras Técnicas, observando-se a sua assiduidade no mandato anterior; iii) que o Sr.  
86 Donizete Tokarski (Consórcios), reconhecendo as ausências do mandato anterior, abdicou  
87 dos pleitos dos Comitês e Consórcios na CTPNRH; iv) que a Sra. Martha Sugai  
88 (Concessionárias) abdicou do pleito das Concessionárias na CTEM; v) que o Sr. José Luiz  
89 Reis (MIntegração) abdicou de um dos pleitos do Ministério da Integração para a CTCOB; vi)  
90 que os representantes das Organizações Cívicas reduziram, de seis para quatro, os seus pleitos  
91 de vagas em cada uma das Câmaras Técnicas; vii) que, por decisão própria, quando houver  
92 somente uma vaga, o Conselheiros Titulares das ONGs se articularão para indicação dos seus  
93 representantes nas Câmaras Técnicas; viii) que foi solicitado à Secretaria Executiva do CNRH  
94 que encaminhe a convocação das reuniões das Câmaras Técnicas para aqueles que figurarem  
95 na suplência das mesmas; ix) que o Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) propôs que a CTIL  
96 cobrasse do novo Ministro do MMA empenho para atendimento da Moção CNRH nº 36; e x)  
97 que o Sr. Fred Crawford (MTransportes) sugeriu que a CTIL reavaliasse a Moção CNRH nº  
98 36, visando incorporar a Secretaria Especial de Portos e a Secretaria Especial de Assuntos  
99 Estratégicos no CNRH. Às 19h00 do dia 19 de maio de 2008, os trabalhos foram encerrados  
100 sendo retomados às 09h40 do dia seguinte, quando foi acordada a seguinte inversão de pauta:  
101 tratar o item 6 antes dos itens 4 e 5. Desta forma, a reunião prosseguiu ao Item 6 - Análise da  
102 proposta de resolução que “Estabelece mecanismos e critérios gerais para proteção e  
103 conservação das águas subterrâneas no território brasileiro”, encaminhada pela CTAS:  
104 o Sr. Everton de Souza, Presidente da CTAS, realizou uma apresentação (Anexo IV) onde  
105 explicou a nova proposta de resolução e sua respectiva nota técnica, encaminhada para  
106 apreciação da CTIL por meio do Ofício nº 01/2008/CTAS/CNRH/MMA (Anexo V).  
107 Esclareceu que esta proposta seria complementar às Resoluções CNRH nºs 15 e 22, uma vez  
108 que detalha em três escalas a delimitação de espaços físicos de proteção: zonas de proteção

das áreas de recarga, áreas de restrição e controle, e perímetros de proteção de fonte de abastecimento, além de abordar a necessidade de estudos hidrogeológicos sobre potencialidades e vulnerabilidade de aquíferos. Acrescentou que seu processo de discussão contou com grande participação dos CERHs e que a nova versão incorpora as contribuições emitidas pela CTIL em suas 98ª e 99ª reuniões. Ao ser questionado pelo **Sr. Luis Vinícius Costa** (CERH-BA/CE), se as áreas de uso restritivo poderiam interferir no direito de propriedade, o **Sr. Everton de Souza** ponderou que a gestão de recursos hídricos afeta o uso do solo e que é função dos planos de recursos hídricos influenciar outras políticas, assim como estabelecer pactos. Após debates e esclarecimentos, a CTIL adequou a proposta de resolução (**Anexo VI**) e votou por seu encaminhamento à CTPOAR, para oitiva quanto aos dispositivos que possuem relação com as suas competências - foram favoráveis: MJustiça, MCidades, MIntegração, SRHU/MMA, ANA, MME, MTransportes, CERH-BA/CE, Concessionárias, Indústrias, ONGs e OTEP (doze votos); foram contrários: CERH-SP/RJ e Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo (dois votos). Registra-se que a CTIL rejeitou o encaminhamento da matéria à CTPNRH, decisão que também foi objeto de votação - foram favoráveis ao encaminhamento à CTPNRH: MIntegração, CERH-BA/CE, Concessionárias e OTEP (quatro votos); foram contrários ao encaminhamento à CTPNRH: MJustiça, MCidades, SRHU/MMA, ANA, MME, MTransportes, CERH-SP/RJ, Indústrias, Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo e ONGs (dez votos). O argumento vencedor foi de que a proposta de resolução seria um detalhamento das áreas de uso restritivo já previstas no §2º do art. 6º da Resolução CNRH nº 22. Por fim, foi solicitado aos membros da CTIL que encaminhassem à Secretaria Executiva do CNRH, até o dia 27 de maio de 2008, as suas sugestões de alterações à proposta de resolução encaminhada pela CTAS - com respectivas justificativas - que, por ventura, ainda não haviam sido apresentadas nas reuniões anteriores da CTIL. Estas seriam encaminhadas à CTPOAR e à CTAS para que, em articulação, analisassem a matéria antes de seu retorno à CTIL. Registra-se que foram entendimentos da CTIL: i) a necessidade de uma melhor descrição do art. 1º da proposta de resolução abordando sua relação com as áreas de uso restritivo referidas no §2º do art. 6º da Resolução CNRH nº 22 e mencionando estas áreas: zonas de proteção das áreas de recarga, áreas de restrição e controle, e perímetros de proteção de fonte de abastecimento; ii) a necessidade de definir a quem se direciona o comando do art. 12 da proposta de resolução; e iii) a necessidade de um melhor ordenamento dos artigos. Registra-se também que o **Sr. Fred Crawford** (MTransportes) solicitou que o art. 1º da proposta de resolução enfatizasse a questão da proteção de áreas de recarga de aquíferos. Às 12h30, a reunião foi interrompida para almoço, sendo reiniciada às 14h15. **Item 4 - Análise da proposta de resolução que “Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício orçamentário de 2009”, encaminhada pela CTCOB:** o **Sr. Rodrigo Speziali**, Presidente da CTCOB, resgatou o processo de consulta aos CERHs e comitês de bacia hidrográfica de rios de domínio da União, previsto na Resolução CNRH nº 70, com vistas a subsidiar a definição, pelo CNRH, das prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água referidos no inc. II do §1º do art. 17 da Lei nº 9.648/98 (“cobrança do setor elétrico”). Chamou atenção que este processo não abordava a cobrança estabelecida pelos Comitês (“cobrança condominial”), cujos recursos são repassados integralmente às agências de água. Citou que, conforme proposta de resolução encaminhada à CTIL por meio do Ofício nº 015/2008/CTCOB/CNRH/MMA (**Anexo VII**), a CTCOB listou três subprogramas do PNRH como prioritários, número de subprogramas prioritários apontados por cada um dos CERHs e Comitês que retornaram ao processo de consulta efetuado. Informou que estas prioridades deveriam ser observadas pela ANA na elaboração de sua proposta orçamentária. Por fim, disse que era intenção da CTCOB revisar a Resolução CNRH nº 70, de forma a aprimorar o processo da consulta e a definição das prioridades. Após debates e esclarecimentos, a CTIL efetuou adequações de redação à proposta de resolução e se manifestou por seu encaminhamento para deliberação do Plenário do CNRH, com parecer favorável, na forma do **Anexo VIII**. Embora tenha sido uma decisão da CTCOB de listar três subprogramas como prioritários, registra-se o posicionamento do **Sr.**

163 **Luis Vinícius Costa** (CERH-BA/CE), compartilhado somente pela **Sra. Martha Sugai**  
164 (Concessionárias) e pela **Sra. Patrícia Boson** (Indústrias), de que a CTIL deveria definir uma  
165 listagem maior de subprogramas prioritários para encaminhamento ao CNRH. Na opinião do  
166 **Sr. Luis Vinícius Costa** (CERH-BA/CE), não é competência da CTCOB estabelecer se são 3,  
167 4 ou 10 programas prioritários, isso é decisão política e cabe, portanto, ao plenário do CNRH,  
168 ou ainda, à esta Câmara Técnica, por tratar de questões institucionais. Sugeriu, portanto, que  
169 esta Câmara revise a metodologia neste ponto, ampliando o número de programas  
170 considerados prioritários. O Presidente da CTIL, **Sr. Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/  
171 MMA), posicionou que a competência de determinar o número de subprogramas prioritários  
172 seria da CTCOB e que não caberia a CTIL interferir neste procedimento. Registra-se também  
173 que: i) a **Sra. Patrícia Boson** (Indústrias) opinou que seria necessária a definição de  
174 percentuais de aplicação de recursos para cada item priorizado e contou com apoio da **Sra.**  
175 **Martha Sugai** (Concessionárias) que, além disto, apontou que alguns CERHs e Comitês  
176 desconhecem o PNRH e assim, seria necessário um descritivo que esclarecesse aqueles que  
177 opinam sobre a priorização; ii) a **Sra. Patrícia Boson** (Indústrias) opinou que a proposta de  
178 resolução seria pro forma, pois qualquer ação de outorga poderia ser interpretada como ação  
179 de despoluição de bacia, e assim, não estaria de fato priorizando-se ações específicas. Por  
180 último, registra-se o desconforto dos membros da CTIL com o contingenciamento dos  
181 recursos advindos da “cobrança do setor elétrico”. **Item 5 - Análise da proposta de**  
182 **resolução que “Aprova o Programa de Trabalho e a respectiva proposta orçamentária**  
183 **da Secretaria Executiva do CNRH para o exercício de 2009 - art. 46, inc. V, Lei nº 9.433,**  
184 **de 1997”, encaminhada pela Secretaria Executiva do CNRH:** o **Sr. Márley Caetano de**  
185 **Mendonça** (SRHU/MMA) apresentou a matéria (**Anexo IX**) dizendo que se tratava de uma  
186 atribuição legal, conferida pelo inc. V do art. 46 da Lei 9.433/97 à Secretaria Executiva do  
187 CNRH. Lembrou que nos anos anteriores a Secretaria Executiva do CNRH encaminhou esta  
188 matéria no final do ano, o que impossibilitou qualquer tentativa de ganho no orçamento do  
189 MMA, que é definido na metade do ano. Assim, visando ajustar a previsão orçamentária da  
190 Ação 4999 - Funcionamento do CNRH para o exercício 2009, a Secretaria Executiva do  
191 CNRH está submetendo esta matéria ao CNRH por considerar esta a época do ano oportuna  
192 para este ajuste. Por fim, disse que o Plano de Trabalho de 2008 extrapolou a questão legal ao  
193 elencar as atividades previstas para as Câmaras Técnicas em 2008, o que, na proposta ora  
194 apresentada, foi corrigido. Após debates, assim como esclarecimentos efetuados pelo **Sr.**  
195 **Gilberto Xavier**, Gerente de Planejamento e Orçamento da SRHU/MMA, de que as despesas  
196 relativas ao pessoal temporário são computadas na Ação 4999, foram solicitadas as seguintes  
197 adequações à proposta apresentada: i) dividir o quadro do anexo em dois, sendo um para os  
198 custos de funcionamento da Secretaria Executiva do CNRH e outro para a proposta  
199 orçamentária da ação 4999 para o exercício 2009; ii) informar quais foram os incrementos  
200 significativos em relação à proposta orçamentária do exercício anterior; e iii) atualizar a  
201 informação do terceiro *considerando*, informando a Lei que dispõe sobre o Plano Plurianual  
202 para o período 2008/2011. A Secretaria Executiva do CNRH ficou com a responsabilidade de  
203 adequar a proposta de resolução e encaminhá-la para deliberação do Plenário do CNRH, com  
204 parecer favorável desta CTIL, o qual foi obtido por consenso. **Item 7 - Análise da proposta**  
205 **de resolução que “Estabelece diretrizes e critérios para o arbitramento previsto no**  
206 **inciso II do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997”, encaminhada pela CTAP:** o  
207 **Sr. Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA) apontou a necessidade de regulamentação  
208 do inc. II do art. 35 da Lei 9.433/97, que prevê o arbitramento, em última instância  
209 administrativa, de conflitos entre CERHs, o que o teria motivado a propor esta matéria no  
210 âmbito da CTAP (**Anexo X**), de forma a estabelecer regras claras e isentas a este processo. O  
211 **Sr. Carlos Hugo Sampaio** (MJustiça) chamou atenção para adequação do propósito da  
212 resolução (na sua ementa e no art. 1º), uma vez que ela não estabelecia diretrizes e critérios,  
213 mas sim, estabelecia procedimentos para o arbitramento e, juntamente com o **Sr. Fred**  
214 **Crawford** (MTransporte), sugeriu que a proposta reproduzisse o texto da Lei 9.433/97 que se  
215 refere a arbitramentos em última instância administrativa. Além disto, a **Sra. Patrícia Boson**  
216 (Indústria) citou a necessidade de mencionar os princípios que norteariam a decisão do



217 CNRH, e ao ser provocado pelo **Sr. Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA) sobre  
218 quais seriam estes princípios, além dos já previstos para a Administração Pública, elencou os  
219 preconizados pela Lei 9.433/97: participação, descentralização e usos múltiplos, os quais  
220 deveriam prevalecer sobre interesses que centralizam, limitam a participação e restringem o  
221 uso dos recursos hídricos. Com estas intervenções, a CTIL designou a **Sra. Patrícia Boson**  
222 (Indústria) e o **Sr. Carlos Hugo Sampaio** (MJustiça) para elaborarem e apresentarem, na  
223 próxima reunião da CTIL, um parágrafo único ao artigo 1º com os princípios norteadores para  
224 o arbitramento pelo CNRH. A análise da matéria continuará na próxima reunião da CTIL.  
225 **Item 8 - Análise do Relatório Final do GT “Aplicação das diretrizes do PNRH aos**  
226 **empreendimentos hidrelétricos”, encaminhado pelo GT “Aplicação das Diretrizes do**  
227 **PNRH aos Empreendimentos Hidrelétricos” da Câmara Técnica de Assuntos Legais e**  
228 **Institucionais:** por falta de tempo, o relatório não foi analisado e a Coordenadora do GT, **Sra.**  
229 **Martha Sugai**, solicitou que este fosse o primeiro item da pauta da próxima reunião e obteve  
230 a concordância do Presidente da CTIL. **Item 9 - Relato das atividades do GT “Água e**  
231 **Florestas”:** indagado sobre a Oficina Água, Floresta e Solos, o **Sr. Marco Amorim**, da  
232 Secretaria Executiva do CNRH, confirmou a realização do evento nos dias 27 e 28 de maio de  
233 2008 e registrou o empenho do Sr. João Bosco Senra na concretização do mesmo. **Item 10 -**  
234 **Relato das atividades do GT “Siapreh”:** não houve. **Item 11 - Relato das atividades do**  
235 **GT “Representatividade 2” (mandato até 06 de agosto de 2008):** não houve. **Item 12 -**  
236 **Assuntos gerais:** o **Sr. Fred Crawford** (MTransportes) chamou atenção para a insalubridade  
237 da sala de reuniões, pois não existe ventilação adequada, e pediu providências para as salas do  
238 subsolo, que não têm ventilação. Não havendo mais nada a ser tratado, às 17h15 do dia 20 de  
239 maio de 2008, o **Sr. Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA) agradeceu a presença de  
240 todos, lembrou que a 102ª Reunião da CTIL está pré-agendada para os dias 01 e 02 de julho  
241 de 2008 e encerrou os trabalhos da 101ª reunião da CTIL.

#### 242 **RESUMO DA REUNIÃO:**

- 243 - Item 2: a minuta da ata da 100ª reunião da CTIL não foi elaborada e deverá ser apresentada
- 244 na 102ª reunião da CTIL;
- 245 - Item 3: após amplo debate, a CTIL encaminhou, por consenso e com parecer favorável,
- 246 proposta de resolução que estabelece composição e define suplências para a CTPNRH, CTIL,
- 247 CTEM e CTCOB para deliberação do Plenário do CNRH;
- 248 - Item 4: após modificações pertinentes à CTIL, foi emitido parecer favorável à proposta de
- 249 resolução que “estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança
- 250 pelo uso de recursos hídricos, referidos no inc. II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998,
- 251 com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de
- 252 2009”; e solicitado seu encaminhamento para deliberação do Plenário do CNRH;
- 253 - Item 5: após modificações pertinentes à CTIL, a serem efetuadas pela Secretaria Executiva
- 254 do CNRH, foi emitido parecer favorável à proposta de resolução que “aprova o Programa de
- 255 Trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do CNRH para o
- 256 exercício de 2009 - art. 46, inc. V, Lei nº 9.433, de 1997”, e solicitado seu encaminhamento
- 257 para deliberação do Plenário do CNRH;
- 258 - Item 6: a matéria foi encaminhada para oitiva da CTPOAR e foi solicitado aos membros da
- 259 CTIL que enviassem à Secretaria Executiva do CNRH as suas sugestões de alterações que,
- 260 por ventura, ainda não foram apresentadas nas reuniões anteriores da CTIL;
- 261 - Item 7: a Sra. Patrícia Boson (Indústria) e o Sr. Carlos Hugo Sampaio (MJustiça)
- 262 apresentarão um parágrafo único ao artigo 1º com os princípios norteadores para o
- 263 arbitramento pelo CNRH. A análise da matéria continuará na próxima reunião da CTIL;
- 264 - Item 8: não discutido;
- 265 - Item 9: Oficina Água, Floresta e Solos confirmada para os dias 27 e 28 de maio de 2008;
- 266 - Itens 10 e 11: não discutidos.

267  
268 Ata aprovada na 102ª Reunião da CTIL realizada em 31 de julho e 01 de agosto de 2008.

269  
270 **Márley Caetano de Mendonça**  
271 Presidente

**Marco Antônio Amorim**  
Relator